Anais do V Colóquio do Grupo de Pesquisa Religiões, Identidades e Diálogos Recife I 26 e 27 de outubro de 2023 I Universidade Católica de Pernambuco ISSN 2594-5998

TECENDO A TOLERÂNCIA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA ABORDAGEM DO RACISMO RELIGIOSO NAS ESCOLAS

Cyntia Virginia Farias D'Amorim 1



Resumo

Este artigo aborda sobre o racismo religioso presente em ambiente escolar e tem como objetivo refletir a respeitos destes três questionamentos: 1. O que é o racismo religioso e em que se difere de intolerância religiosa? 2. Quais as consequências desse racismo na vida de estudantes negros e participantes de religiões afro-brasileiras? 3. Como o professor pode promover uma pedagogia para relações étnico raciais e inter-religiosa? Procuramos responde-los fundamentados em Kabengele Munanga, um antropólogo e professor brasileiro-congolês, especialista em antropologia da população afro-brasileira, atentando-se a questão do racismo na sociedade brasileira e Wanderson Flor Nascimento professor e membro do Núcleo de Estudos sobre Filosofia Africana "Exu do Absurdo" (NEFA/UnB) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/CEAM/UnB).

Palavras-chave: Racismo religioso. Educação étnico racial. Diálogo inter-religioso.

INTRODUÇÃO

A questão do racismo religioso em ambiente escolar tem sido pauta de várias discussões pedagógicas e acadêmicas. A escola enquanto lugar da diversidade e ambiente propício para o diálogo e educação étnico raciais muitas vezes tem dificuldades de promover uma pedagogia inclusiva e que acolha as diferentes religiões. Casos de racismos religioso se tornam frequentes em ambientes escolares e a demonização, intolerância e violência dos cultos afrobrasileiros quando alimentados por uma ideologia fundamentalista e preconceituosa.

Segundo Munanga (2004) as descobertas do século XV colocam em dúvida o conceito de humanidade. A aceitação dos negros e povos originários, como seres humanos, passavam pelo crivo teológico, que até final do século XVII mantiveram o monopólio da razão e da explicação. Nesse clima tenso entre brancos descendentes de europeus e negros escravizados ganhou grande força o discurso colonialista de raças superiores e inferiores, além da dura perseguição aos cultos e culturas africanas com o aval da Igreja Católica.

Mesmo com o avanço da ciência e a comprovação que os patrimônios genéticos são diferentes, mas não o suficiente para classificar a humanidade em raças essa teoria ainda está presente com muita força em nossa sociedade e chega em nossas escolas de forma violenta, contribuindo para um clima hostil e pouco acolhedor com crianças negras e participantes de religiões afro-brasileiras.

¹ Mestranda em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco. Contato: cyntiav.farias@gmail. com

O impacto do racismo religioso em crianças e adolescentes podem afetar o senso de pertencimento à comunidade escolar, prejudicando seu bem-estar emocional, gerando insegurança e medo de expressar sua história, crenças ou identidade religiosa. A escola como lugar de acolhimento e respeito, nesse contexto, contribui para a perpetuação do racismo e indiferença com estudantes que comungam de outras pertenças religiosas, culturais e de gênero.

Educar para a diversidade é contribuir para o desmonte de estruturas de poder desiguais na escola, onde grupos são privilegiados em detrimento de outros, reconhecer a história do povo negro e a suas contribuições para a história do Brasil. Valorizar e respeitar a individualidade de cada estudante é promover sua autoestima e contribuir com a formação de estudantes críticos e autor da sua própria história.

MAS AFINAL, O QUE É RACISMO RELIGIOSO?

Antes de adentrarmos no conceito de racismo religioso é importante diferenciarmos o que é racismo e o que é intolerância. De acordo com o caderno temático de Combate a Intolerância, Violência e Racismo Religioso, publicado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia Campus Salvador (2023):

A palavra intolerância é proveniente do verbo latino "tolerare", que significa suportar ou aceitar, juntamente ao prefixo (in) que indica negatividade. Nesse ínterim, seu uso remete à não aceitação de uma verdade – teoricamente absoluta – que se impõe de maneira repressiva ou coerciva

A verdade inquestionável da intolerância quando em contexto religioso traz à tona o discurso proselitista, fundamentalista e fanático de grupos ou pessoas pertencentes a uma determinada religião. A rejeição pelo diferente presente em nossa sociedade é consequência de um falso discurso colonialista que propagava a religião cristã como a única verdadeira tornando a Igreja Católica instituição religiosa hegemônica que condenavam e combatiam atividades religiosas contrárias.

No terreno fértil da intolerância, regada pelo conceito de raças, plantada no século XV cresce o que denominamos racismo. E mesmo que a ciência prove que brancos e negros são geneticamente iguais, há quem use os fenótipos e aparências dos indivíduos para justificar as diferenças, privilégios e dominação.

Sobre racismo religioso, Flor (2017) afirma:

Apontando para a insuficiência da categoria da intolerância religiosa para compreender o que acontece no contexto de violência aos territórios e pessoas que se vinculam aos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, tendo como hipótese de que tanto o caráter de resistência desses povos como a problemática do racismo são fundamentais para compreender os atuais ataques sobre os quais nos referimos

Para o autor a intolerância religiosa é um termo insuficiente quando se fala de religiões afro-brasileiras, pois toda violência contra essa matriz religiosa carrega outros aspectos como cor, cultura e modos de viver como elementos primordiais para manutenção desse racismo.

O racismo religioso é alicerçado na sociedade e mantido através do racismo institucional quando as políticas públicas não são efetivas na proteção de povos negros e de terreiro. Presenciamos constantemente de forma explicita ataques à terreiros e pessoas pertencentes às religiões afro-brasileira, mas de forma sutil, essa violência ganha requintes e de forma discreta ao nosso meio quando tornamos esses povos invisíveis negando sua história e contribuição na construção do nosso país.

MAS, O QUE ACONTECE COM ESTUDANTES QUE SÃO VÍTIMAS DO CRIME DE RACISMO RELIGIOSO?

A Lei 10.639/03 que estabelece, nas diretrizes e bases da educação nacional, a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino de todo o país a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, apesar dos seus vinte anos de existência ainda encontra resistência em ser eficazmente aplicada em algumas escolas por profissionais da educação. A falta de aplicabilidade dessa lei contribui para a perpetuação do racismo religioso levando em consideração que a hegemonia das culturas euro-cristãs são bem presentes em nossa escola e sociedade.

Na vida de negros e negras brasileiros o racismo, e aqui, especificamente, o religioso, é uma doença difícil de ser combatida, como foi o caso do filho da Iyalorixá Adriana Toledo, que sofreu violência física e psicológica na saída da Escola Estadual Amadeu Amaral, no Belenzinho, em São Paulo. Após registro de boletim de ocorrências e abertura de inquérito os envolvidos foram chamados para esclarecimento dos fatos. Na ocasião, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo esclareceu que apesar do fato, ter acontecido fora da escola, a equipe gestora convocou os responsáveis dos envolvidos para uma reunião e definição das medidas restaurativas previstas.

O racismo religioso nas escolas pode ter uma série de implicações negativas, afetando não apenas as vítimas diretas, mas também o ambiente escolar como um todo. O ambiente que deve ser um espaço seguro, pode perpetuar estereótipos, preconceitos e alimentando atitudes discriminatórias. Os estudantes alvos desse crime podem se sentir isolados e excluído, além de poder ser criadas barreiras nas relações sociais entre os alunos, levando a segregação e dificultando a formação de amizades.

Outro fator observado em estudantes que sofrem com o racismo é a insegurança e medo de expressar abertamente suas crenças ou identidade religiosa. O silenciamento das vozes desses estudantes, que, não tendo sua história reconhecida podem se sentir desmotivados em participar ativamente das atividades escolares, prejudicando seu envolvimento no processo de aprendizagem. Sobre a alta taxa de repetição e evasão escolar de estudantes negros em comparação a estudantes brancos, Munanga (2015) afirma:

Sem minimizar o impacto da situação sócio-econômica dos pais dos alunos no processo de aprendizagem, deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afrodescendentes, apagadas no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares. (Munanga, 2015, p. 18)

À medida que a escola invisibiliza e estereotipa a história, cultura e crenças de estudantes negros, naturaliza a violência simbólica e contribui para a manutenção desse racismo. O resgate da memória e reconhecimento da história dos afrodescendentes não é uma luta só de negros, mas de brancos que tiveram suas memorias afetadas pelo discurso preconceituoso e violento construído ao longo dos séculos por aqueles que tinham posse do poder. A escola é esse espaço privilegiado onde estudantes e professores podem reconstruir a vida pública, combatendo os símbolos de dominação, as desigualdades raciais, sociais e religiosas.

E AGORA? O QUE O PROFESSOR PODE FAZER?

O combate ao racismo por parte dos professores, gestores e toda comunidade escolar é crucial para promover um ambiente inclusivo, equitativo e justo. É preciso conhecer para entender, respeitar e tornar o ambiente escolar um local de acolhimento onde cada aluno se sinta valorizado independente da sua origem étnica, jeito de ser, viver e crer.

Formar professores capacitados que tragam a temática relações étnicos raciais e diversidade religiosa é dar visibilidade a cultura, religião e a história de afrodescendentes que muitas vezes tem sua representatividade estereotipadas ou excluídas dos materiais didáticos trabalhados em sala de aula e projetos escolares.

Rever e atualizar o currículo escolar, para incluir perspectivas e contribuições de diferentes grupos étnicos e raciais é estimular o diálogo e promover discussões construtivas e esclarecedoras sobre questões raciais. O comprometimento dos professores e das instituições de ensino em abordar o racismo religioso de maneira proativa é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Incentivar a realização de atividades que promovam o diálogo inter-religioso, como mesas redondas, palestras e eventos culturais, além de estabelecer parcerias com líderes religiosos para promover uma compreensão acerca das diferentes religiões é uma das maneiras de desmistificar os preconceitos e estereótipos.

O respeito à diversidade religiosa na educação é essencial para formar cidadãos conscientes, tolerantes e capazes de conviver em uma sociedade plural. Ao integrar práticas inclusivas no ambiente escolar, os professores desempenham um papel crucial na construção de um ambiente que valorize a diversidade religiosa e promova a igualdade de direitos para todos.

CONCLUSÃO

O racismo religioso não é uma atitude que surgiu nos dias de hoje, antes é fruto de processo histórico onde a sociedade foi dividida tomando como base características como cor da pele, traços físicos e modo de viver e religiosidade de povos originários e africanos valorizando um em detrimento de outro.

A exotização por serem crenças não cristãs, o racismo por serem religiões de pessoas negras e a demonização de culto, fazem do racismo religioso um dos mais difíceis a ser combatidos. O ocultamento dessa diversidade brasileira além de fortalecer atitudes racistas e violentas, cultiva o sentimento de não pertença à sociedade.

O Estado que se declara laico e livre, na prática tem o monopólio e a hegemonia da cultura e religião euro-cristã. Diante dos fatos, a escola que muitas vezes inferioriza e exclui crianças negras e de religiões afro-brasileira devem a partir de políticas públicas ser um espaço democrático e diverso, não tendo preferência por uma ou outra religião.

O artigo destaca a necessidade de ações concretas para promover a compreensão, respeito e tolerância entre diferentes comunidades religiosas. Ao priorizar a educação étnico racial e inter-religiosa as escolas podem desempenhas um papel fundamental na construção de sociedades inclusivas e respeitosas com a diversidade religiosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Combate à intolerância, violência e racismo religioso; Bahia, IFBA, 2023

ESTUDANTE negro é espancado por colegas de escola em São Paulo. **Carta Capital.** Disponível em < https://www.cartacapital.com.br/educacao/estudante-negro-e-espancado-por-colegas-de-escola-em-sao-paulo. Acesso em 30 de nov. de 2023.

FLOR NASCIMENTO, Wanderson. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. **Revista Rico.** Brasília, v. 6, n. 2, nov. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **O mundo e a diversidade:** questões em debate. Bicentenário da Independência; Estud. av. 36 (105); mai/ago. 2022; disponível em < https://www.scielo.br/j/ea/a/7dxnhTYxMskypKpS6FcW98L/#> acesso em 25 de nov. de 2023.

MUNANGA, Kabengele; **Uma abordagem conceitual das noções de raca, racismo, identidade e etnia**; Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação; PENESB-RJ; nov.; 2003. Disponível em < https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf Acesso em 25 de nov. de 2023

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005; Disponível em < http://portal.mec.gov.br/secad/arqui vos/pdf/racismo_escola.pdf; Acesso em 30 de nov. de 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil étnico-raciais no Brasil. **Revista Educação.** Porto Alegre, ano XXX, n. 3, p. 489-506, set. /dez. 2007.